



**SIMULADO
FINAL**

SES GO

Fiscal Saúde

Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **SES-GO**, cargo de **Fiscal de Saúde**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/jAFZBjohqc4NkHsN6>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) | 65 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) | 66 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) | 67 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) | 68 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) | 69 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) | 70 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) | 71 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) | 72 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) | 73 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) | 74 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) | 75 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) | 76 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 61 - (A)(B)(C)(D)(E) | 77 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 62 - (A)(B)(C)(D)(E) | 78 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 63 - (A)(B)(C)(D)(E) | 79 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 64 - (A)(B)(C)(D)(E) | 80 - (A)(B)(C)(D)(E) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/3OHPslo>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabício Dutra*

O medo não é uma reação arbitrária, mas um mecanismo profundamente ligado à história evolutiva humana. Certos estímulos, como cobras, aranhas, altura e escuridão, despertam temor recorrente em diferentes culturas porque foram, ao longo do tempo, associados a ameaças concretas à sobrevivência. Essa recorrência sugere que muitos medos não são meramente aprendidos, mas decorrem de predisposições biológicas herdadas.

Nesse contexto, o medo cumpre função adaptativa. Reações como fuga, paralisação ou vigilância não representam irracionalidade, mas estratégias de autopreservação. Mesmo as fobias, embora exacerbadas, relacionam-se a circuitos emocionais que tiveram utilidade evolutiva. O medo, portanto, pode ser compreendido como resposta funcional a perigos historicamente relevantes.

Essa perspectiva ajuda a explicar um aparente paradoxo contemporâneo: muitos riscos modernos altamente letais, como armas de fogo ou acidentes automobilísticos, não provocam o mesmo temor instintivo que perigos ancestrais. Isso ocorre porque tais ameaças não participaram do longo processo de seleção que moldou nossas respostas automáticas de defesa.

Desse raciocínio decorre uma crítica às campanhas que buscam induzir comportamentos por meio do pavor. Se o medo está ligado a predisposições profundas, ele não pode ser facilmente produzido por discursos, imagens chocantes ou estratégias persuasivas. Tentativas de incutir novos medos tendem, assim, a encontrar limites na própria estrutura biológica e psicológica do ser humano.

1. Com base na argumentação do autor sobre as campanhas alarmistas, qual é o principal entrave para a eficácia de discursos que tentam incutir novos medos na população?

- a) A capacidade humana de adaptação rápida permite que novos perigos sejam integrados ao instinto de sobrevivência em poucas gerações.
- b) A falta de evidências científicas sobre a letalidade de objetos modernos, como secadores de cabelo, torna o público cético.
- c) As reações de congelamento e fuga são exclusivas para estímulos animais, tornando inócuos os alertas sobre tecnologia.
- d) A saturação de informações visuais nos meios de comunicação modernos impede a absorção de novas alertas de perigo.
- e) O medo humano está vinculado a predisposições biológicas profundas, sendo pouco permeável a construções puramente discursivas ou racionais.

2. Considerando a estrutura e o objetivo do texto, em qual tipologia textual ele se classifica predominantemente?

- a) Expositivo, visto que se limita a informar o leitor sobre as bases biológicas das fobias sem apresentar qualquer juízo de valor ou posicionamento.
- b) Injuntivo, dado que o autor prescreve normas de comportamento para que as pessoas evitem perigos modernos como armas e acidentes.
- c) Narrativo, uma vez que relata a história da evolução humana e como o medo se transformou desde os ancestrais até a modernidade.
- d) Descritivo, pois foca detalhadamente nas características físicas e biológicas dos estímulos que causam medo, como cobras e aranhas.
- e) Dissertativo-argumentativo, pois utiliza explicações científicas sobre a evolução para fundamentar um ponto de vista crítico sobre campanhas de persuasão.

3. No trecho “O medo não é uma reação arbitrária”, o adjetivo em destaque sugere, semanticamente, que o medo:
- Configura um erro de percepção causado pela falta de conhecimento sobre riscos modernos.
 - É uma resposta violenta e impositiva da natureza humana sobre a razão.
 - Possui uma lógica fundamentada em necessidades de sobrevivência e não ocorre ao acaso.
 - Manifesta-se de forma variável e distinta em cada cultura ou sociedade específica.
 - Representa uma escolha consciente feita pelo indivíduo diante de perigos conhecidos.
4. No terceiro parágrafo, a expressão “tais ameaças” funciona como um recurso de coesão referencial pronominal para retomar quais elementos mencionados anteriormente?
- As predisposições biológicas herdadas mencionadas no primeiro parágrafo.
 - As estratégias de autopreservação, como fuga, paralisação ou vigilância.
 - Perigos ancestrais, como cobras e aranhas, que moldaram o comportamento humano.
 - As respostas automáticas de defesa desenvolvidas ao longo do processo de seleção.
 - Riscos modernos altamente letais, como armas de fogo ou acidentes automobilísticos.
5. No trecho do primeiro parágrafo: "O medo não é uma reação arbitrária, mas um mecanismo profundamente ligado à história evolutiva humana", a conjunção "mas" estabelece uma relação de oposição. Qual das alternativas abaixo apresenta uma conjunção que manteria o sentido original caso substituísse o termo destacado?
- portanto
 - porque
 - porém
 - e
 - porquanto
6. Considere a seguinte passagem do texto: “...circuitos emocionais que tiveram utilidade evolutiva”. Qual é a classificação morfológica e a função textual da palavra “que” nesta estrutura específica?
- Conjunção explicativa, com a função de justificar a existência dos circuitos emocionais.
 - Conjunção integrante, com a função de introduzir uma oração subordinada substantiva.
 - Partícula de realce, com a função de enfatizar a importância da utilidade evolutiva.
 - Pronome relativo, com a função de retomar o substantivo “circuitos emocionais”.
 - Preposição, compondo locução com o verbo ‘ter’.
7. Seria correto retirar, no texto, a vírgula após o termo:
- arbitrária (primeiro parágrafo)
 - contexto (segundo parágrafo)
 - portanto (segundo parágrafo)
 - profundas (último parágrafo)
 - assim (último parágrafo)

8. Assinale a alternativa correta a respeito do emprego do acento indicativo de crase em “Desse raciocínio decorre uma crítica às campanhas que buscam induzir comportamentos por meio do pavor”.

- a) O sinal indicativo de crase é facultativo, podendo ser retirado sem prejuízo gramatical, pois o substantivo “crítica” admite complemento com ou sem preposição.
- b) O acento grave justifica-se pela fusão da preposição exigida pelo nome “crítica” com o artigo definido feminino plural que antecede “campanhas”.
- c) O emprego da crase decorre de locução prepositiva feminina formada por “às campanhas”, razão por que o acento se mantém mesmo se o núcleo estiver no singular.
- d) O uso do acento grave ocorre porque o verbo “decorre” exige objeto indireto introduzido por preposição “a”, que se funde com o artigo de “campanhas”.
- e) O sinal de crase é obrigatório porque o termo “campanhas” exerce função de adjunto adverbial feminino plural, contexto em que a crase sempre ocorre.

9. Assinale a alternativa que apresenta um substituto adequado e coerente para o verbo “incutir”, em “Tentativas de incutir novos medos...”:

- a) instalar
- b) impor
- c) incorporar
- d) suscitar
- e) persuadir

10. Desse raciocínio decorre uma crítica às campanhas que buscam induzir comportamentos por meio do pavor.

A expressão destacada exerce função sintática de:

- a) objeto direto
- b) objeto indireto

- c) sujeito
- d) aposto
- e) complemento nominal.

**REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA,
GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E
ECONÔMICA DO ESTADO DE GOIÁS**

Leandro Signori

11. O processo de urbanização de Goiânia esteve associado a fatores históricos, políticos e infraestruturais que impulsionaram seu crescimento populacional e redefiniram sua organização socioespacial ao longo do século XX. Considerando esse processo e seus principais desdobramentos, assinale a alternativa correta.

- a) Em 1950, Goiânia já havia ultrapassado 150 mil habitantes e apresentava predominância de população rural, concentrada em fazendas e chácaras no entorno do núcleo urbano.
- b) A partir da década de 1970, a expansão urbana ocorreu de forma equilibrada, sem segregação socioespacial, uma vez que o planejamento original da cidade foi plenamente mantido e não se verificaram ocupações irregulares.
- c) A partir de 1951, fatores como a chegada da ferrovia, investimentos em obras viárias e a construção de Brasília intensificaram o crescimento demográfico de Goiânia; posteriormente, a cidade consolidou-se como núcleo de uma metrópole regional.
- d) Goiânia foi planejada para comportar mais de 500 mil habitantes, o que evitou pressões sobre o solo urbano e dispensou a formação de loteamentos clandestinos e ocupações irregulares.
- e) A Região Metropolitana de Goiânia manteve-se abaixo de 1 milhão de habitantes, pois o crescimento populacional ocorreu exclusivamente no município-sede.

12. O clima tropical predominante em Goiás caracteriza-se por forte sazonalidade, com alternância entre períodos chuvosos e secos, o que exerce influência direta sobre o comportamento dos rios, especialmente aqueles associados a áreas de planície. Considerando essa dinâmica climática e seus reflexos na hidrografia goiana, assinale a afirmativa correta.

- a) Em Goiás, o inverno (maio a setembro) concentra a maior parte da chuva anual, o que explica o aumento do nível dos rios nesse período.
- b) A estação chuvosa (outubro a abril) responde pela maior parte das precipitações e, no caso do rio Araguaia, as cheias ampliam o leito sobre áreas baixas; durante a estiagem, ocorre a redução do nível das águas, com formação de praias fluviais, associadas à chamada “temporada do Araguaia”.
- c) As temperaturas médias anuais são uniformes em todo o território goiano, mantendo-se sempre em torno de 23 °C, pois a altitude não exerce influência significativa sobre o clima regional.
- d) A massa de ar Polar Atlântica (mPa) atua predominantemente no verão goiano, trazendo elevada umidade e sendo a principal responsável pelas chuvas convectivas intensas e de curta duração.
- e) O fenômeno conhecido como “veranico” decorre da atuação prolongada da massa Equatorial Continental (mEc), provocando queda acentuada de temperatura e chuvas contínuas no período chuvoso.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

13. Considerando o tratamento de dados pessoais na área da saúde, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) é considerado dado pessoal sensível aquele referente à saúde de pessoa física identificada ou identificável.
- b) é possível o tratamento de dados pessoais, inclusive sensíveis, para a tutela da saúde, desde que seja mediante procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária.
- c) É vedada, em qualquer caso, a comunicação ou o uso compartilhado entre controladores de dados pessoais sensíveis referentes à saúde com objetivo de obter vantagem econômica.
- d) É vedado às operadoras de planos privados de assistência à saúde o tratamento de dados de saúde para a prática de seleção de riscos na contratação de qualquer modalidade.
- e) Na realização de estudos em saúde pública, os órgãos de pesquisa poderão ter acesso a bases de dados pessoais, que serão tratados exclusivamente dentro do órgão e estritamente para a finalidade de realização de estudos e pesquisas e mantidos em ambiente controlado e seguro.

14. Uma ambulância de determinado hospital público goiano, durante o resgate a uma cidadã enferma, acabou por atropelar um pedestre durante seu deslocamento. O motorista da ambulância não teve qualquer tipo de intenção ou culpa pelo infortúnio, embora o pedestre tenha sofrido danos patrimoniais e estéticos. Ao caso aplica-se a teoria da responsabilidade

- a) subjetiva, marcada pela culpa comum.
- b) solidária.
- c) objetiva, sob a teoria do risco integral.
- d) objetiva, sob a teoria do risco social.
- e) objetiva, sob a teoria do risco administrativo.

15. Considerando o regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado de Goiás (Lei 20.756/2020), assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A licença para tratamento de saúde será concedida com base em perícia médica oficial, por período não excedente a 24 meses.
- b) São fases do processo administrativo disciplinar a instauração, instrução, defesa, relatório e julgamento.
- c) A autoridade instauradora do PAD poderá adotar medida cautelar consistente no afastamento preventivo do acusado do exercício de suas funções, por prazo não superior a 180 dias, consecutivos ou não.
- d) Ao servidor será concedida licença remunerada de 20 dias em razão de nascimento de filho, adoção conjunta ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção conjunta de criança ou adolescente.
- e) Os servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias radioativas fazem jus a um adicional de insalubridade ou periculosidade, sendo cabível a percepção de ambos os adicionais.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Stefan Fantini

16. Governo, Estado e Administração Pública consistem em conceitos que se diferenciam por diversas características.

Relacione as colunas a seguir.

Coluna I

A – Estado

B – Governo

C – Administração Pública

Coluna II

1 – Ente Intangível; Detém o Poder.

2 – Agente Político; Exerce o Poder.

3 – “Aparelho”; Executa.

Indique a alternativa correta.

- a) A-1, B-3, C-2

- b) A-2, B-1, C-3

- c) A-1, B-2, C-3

- d) A-3, B-1, C-2

- e) A-3, B-2, C-1

17. No processo de evolução da Nova Gestão Pública, a fase denominada consumerism, associa-se principalmente à:

- a) cidadania e equidade.

- b) equidade e redução de custos.

- c) cidadania e transparência.

- d) efetividade e qualidade.

- e) redução de custos e cidadania.

18. Em determinado órgão público, a avaliação de desempenho de um servidor é feita com base em percepções de diferentes pessoas que interagem com ele no ambiente de trabalho, como chefia, colegas, subordinados, clientes internos e externos, além do próprio servidor, que também realiza sua autoavaliação.

Esse método de avaliação é conhecido como:

- a) Efeito Halo

- b) Comparação Binária

- c) Avaliação 360°

- d) Escalas Gráficas

- e) Incidentes Críticos

19. Quando a Administração Pública divulga, por iniciativa própria, informações de interesse coletivo ou geral, sem que haja necessidade de requerimento prévio por parte do cidadão, essa prática é denominada:

- a) transparência passiva.

- b) transparência ativa.

- c) administração

- d) governabilidade

- e) participação.

20. Na avaliação do desempenho da Administração Pública, é comum distinguir três dimensões. A primeira está associada ao melhor uso possível dos recursos disponíveis; a segunda refere-se ao cumprimento das metas e objetivos estabelecidos; e a terceira diz respeito aos efeitos concretos produzidos pelas ações públicas na realidade social, ou seja, aos impactos causados.

Essas dimensões são, respectivamente:

- a) eficácia; eficiência; efetividade.
- b) efetividade; eficácia; eficiência.
- c) eficiência; eficácia; efetividade.
- d) eficiência; efetividade; eficácia.
- e) eficácia; efetividade; eficiência.

21. Entre os modelos de gestão aplicados à Administração Pública, aquele que busca ampliar a autonomia do gestor, conferir maior flexibilidade à atuação administrativa e orientar a ação estatal para o alcance de resultados é denominado:

- a) Patrimonialista.
- b) Burocrático.
- c) Organização Formal.
- d) Administração Clássica.
- e) Gestão por Resultados.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

22. O direito à liberdade profissional, previsto no art. 5º, XIII, da Constituição Federal, costuma ser apontado como um exemplo típico de norma constitucional dotada de aplicabilidade direta e imediata, embora não necessariamente plena, já que permite a posterior intervenção do legislador para restringir o seu alcance. Nesse sentido, é correto afirmar que o referido dispositivo pode ser classificado como norma constitucional de eficácia

- a) Limitada
- b) Plena
- c) Programática
- d) Contida
- e) institutiva

23. De acordo com os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, mesmo quando não houver dano.
- b) A pequena e a média propriedade rural, assim definidas em lei, desde que trabalhadas pela família, não serão objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.
- c) Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, intransmissível aos herdeiros.
- d) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, incluindo a de caráter paramilitar
- e) Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido

24. Anastasia e seu marido Max são russos e vieram passar suas férias no Brasil. Ela estava grávida e teve seu parto durante suas férias no Brasil, nascendo sua filha Maria em território brasileiro. Um mês após o parto, os três retornaram para a Rússia. Sobre a situação hipotética apresentada, assinale a alternativa correta.

- a) Maria não será brasileira, tendo em vista que seus pais são russos, não possuem vínculos com o Brasil e não se enquadram nas hipóteses legais acerca da nacionalidade.
- b) Maria poderá ser naturalizada brasileira caso requeira a nacionalidade a qualquer tempo.
- c) Maria somente poderá solicitar a nacionalidade brasileira após atingir a maioridade.
- d) Maria é considerada brasileira nata pelo fato de ter nascido no Brasil, mesmo com os pais estrangeiros, já que estes não estavam a serviço de seu país de origem.
- e) Maria poderá requerer a nacionalidade brasileira caso venha a residir no Brasil por pelo menos um ano ininterrupto.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO

Carlos Henrique

25. Em uma central de distribuição, três setores A, B e C receberam determinada quantidade de kits hospitalares em partes diretamente proporcionais a 3, 5 e 7, respectivamente. Após a entrega, verificou-se que, se o setor C transferisse 24 kits ao setor A, os setores A e C passariam a possuir a mesma quantidade. O total de kits distribuídos aos três setores foi:

- a) 180
- b) 210
- c) 225
- d) 240
- e) 255

26. Em um almoxarifado retangular, o comprimento interno mede o dobro da largura, e a altura é igual a 3 m. Sabendo-se que o volume total é de 216 m^3 , deseja-se instalar divisórias verticais internas perpendiculares ao comprimento, separando o espaço em compartimentos congruentes. Cada compartimento deverá ter comprimento de 1,5 m, mantendo-se integralmente a largura e a altura originais do almoxarifado. O número máximo de compartimentos obtidos será:

- a) 6
- b) 7
- c) 8
- d) 9
- e) 10

27. Em uma escala emergencial, cinco servidores — Ana, Bruno, Carla, Diego e Elisa — deverão ser designados para cinco postos distintos de atendimento, ocupando-se exatamente um servidor em cada posto. Entretanto, por restrições operacionais, Ana não poderá ser lotada no posto 1, e Bruno não poderá ser designado ao posto 2. O número total de distribuições possíveis é:

- a) 72
- b) 78
- c) 84
- d) 90
- e) 96

INFORMÁTICA*Renato da Costa*

28. No contexto da computação em nuvem e dos serviços disponibilizados pela internet, assinale a alternativa correta.

- a) No modelo IaaS (Infrastructure as a Service), o provedor de nuvem gerencia apenas a aplicação, ficando a cargo do usuário o gerenciamento da infraestrutura física e da virtualização.
- b) O modelo SaaS (Software as a Service) permite ao usuário acessar aplicações diretamente pela internet, sem necessidade de instalação local, sendo o provedor responsável pela maior parte da gestão do ambiente.
- c) A computação em nuvem elimina completamente a necessidade de conexão com a internet, pois os dados são armazenados localmente no dispositivo do usuário.
- d) No modelo PaaS (Platform as a Service), o usuário é responsável pela gestão do hardware, rede e armazenamento, enquanto o provedor gerencia apenas o sistema operacional.
- e) A elasticidade na computação em nuvem refere-se exclusivamente à capacidade de aumentar permanentemente os recursos computacionais contratados, não permitindo redução sob demanda.

29. No contexto da segurança da informação, assinale a alternativa correta.

- a) Vírus é um tipo de ameaça que se propaga automaticamente pela rede, sem necessidade de se anexar a arquivos ou programas hospedeiros.
- b) Worm é uma técnica de fraude baseada no envio de mensagens falsas, geralmente com o objetivo de induzir o usuário a informar dados pessoais, bancários ou credenciais de acesso.
- c) Phishing é uma técnica de engenharia social que busca enganar o usuário, normalmente por meio de mensagens, sites ou links fraudulentos, com o objetivo de obter informações sigilosas.

d) Malware é exclusivamente um programa destinado a exibir publicidade indesejada ao usuário, sem comprometer arquivos, sistemas ou informações.

e) Ransomware é um tipo de software legítimo utilizado para realizar cópias de segurança criptografadas dos arquivos do usuário.

30. Acerca dos aplicativos Microsoft Word, Excel e PowerPoint, assinale a alternativa correta.

- a) Arquivos do Microsoft Word são salvos, por padrão, com a extensão .xlsx, pois esse formato permite a criação de textos, planilhas e apresentações em um único documento.
- b) No Microsoft Excel, a funcionalidade principal é a criação de apresentações de slides, sendo a extensão padrão de seus arquivos o formato .pptx.
- c) O Microsoft PowerPoint utiliza, por padrão, a extensão .docx, sendo indicado principalmente para elaboração de documentos textuais longos, como relatórios e ofícios.
- d) No Microsoft Word, a ferramenta de transições permite definir efeitos visuais entre os slides durante uma apresentação.
- e) No Microsoft Excel, é possível utilizar fórmulas e funções para realizar cálculos em planilhas, sendo a extensão padrão de seus arquivos o formato .xlsx.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS***Lígia Carneiro*

31. A Lei nº 8.080/1990, em seu artigo 2º, estabelece que a saúde é um direito fundamental do ser humano. Com base nesse dispositivo, assinale a alternativa CORRETA sobre o dever do Estado em relação à saúde:

- a) O dever do Estado de garantir a saúde consiste exclusivamente na prestação de serviços médico-hospitalares gratuitos a toda a população.
- b) O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos, assegurando acesso universal e igualitário às ações e serviços.
- c) O dever do Estado de garantir a saúde exclui a responsabilidade das pessoas, das famílias e das empresas, que não possuem obrigação legal com a promoção da saúde.
- d) O dever do Estado limita-se às ações curativas, sendo a promoção e a prevenção de doenças responsabilidade da iniciativa privada e das organizações não governamentais.
- e) O dever do Estado de garantir a saúde consiste apenas no financiamento do Sistema Único de Saúde, cabendo à iniciativa privada a execução de todas as ações e serviços.

32. O Art. 3º da Lei nº 8.080/1990 (com redação dada pela Lei nº 12.864/2013) elenca os fatores determinantes e condicionantes da saúde. Assinale a alternativa INCORRETA com relação aos itens desse artigo.

- a) Alimentação e moradia.
- b) Previdência privada.
- c) Atividade física.
- d) Trabalho e renda.
- e) Transporte e lazer.

33. Acerca da organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e da participação da iniciativa privada, com base na Lei nº 8.080/1990, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A iniciativa privada integra o SUS em igualdade de condições com os serviços públicos, podendo participar da gestão e da formulação de políticas de saúde.
- b) O SUS é composto exclusivamente por ações e serviços prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, sendo vedada qualquer participação privada.
- c) A iniciativa privada pode participar do SUS em caráter complementar, não integrando sua estrutura em igualdade com os serviços públicos.
- d) As instituições privadas que participam do SUS possuem as mesmas prerrogativas e poderes de gestão que os órgãos públicos integrantes do sistema.
- e) O SUS abrange apenas as ações de assistência terapêutica, excluindo de sua composição as instituições de controle de qualidade, pesquisa e produção de insumos.

34. A Lei nº 8.080/1990, em seu Art. 7º, estabelece os princípios do SUS. A respeito do princípio da integralidade de assistência, assinale a alternativa que o define CORRETAMENTE:

- a) Garantia a toda e qualquer pessoa do acesso igualitário às ações e serviços de saúde, independentemente da complexidade do agravo.
- b) Conjunto articulado e contínuo de ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema.
- c) Capacidade do sistema de ajustar-se às peculiaridades regionais e locais, por meio de ações diferenciadas conforme as necessidades de cada território.
- d) Reconhecimento do direito das pessoas a obter todas as informações sobre sua saúde, incluindo dados epidemiológicos, de forma a viabilizar a participação popular.
- e) Divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e utilização pelo usuário dos meios disponíveis para sua promoção, proteção e recuperação.

35. A respeito da saúde do trabalhador, conforme definida no Art. 6º, §3º da Lei nº 8.080/1990, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A saúde do trabalhador abrange a assistência ao trabalhador vítima de acidente de trabalho ou portador de doença profissional e do trabalho.
- b) Está incluída na saúde do trabalhador a garantia ao sindicato dos trabalhadores de requerer a interdição de máquina ou de todo ambiente de trabalho quando houver risco iminente à vida ou à saúde dos trabalhadores.
- c) A revisão periódica da listagem oficial de doenças originadas no processo de trabalho compete exclusivamente ao Ministério da Saúde, sem participação das entidades sindicais.
- d) A avaliação do impacto que as tecnologias provocam à saúde está incluída no campo da saúde do trabalhador conforme a Lei 8.080/1990.
- e) O trabalhador tem direito a ser informado sobre os riscos de acidentes de trabalho e sobre os

resultados de exames de saúde de admissão, periódicos e de demissão, respeitados os preceitos da ética profissional.

36. A Lei nº 8.142/1990 dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS. Sobre o Conselho de Saúde, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O Conselho de Saúde é um órgão de caráter consultivo, reunindo-se periodicamente para emitir pareceres não vinculantes sobre a política de saúde.
- b) O Conselho de Saúde é composto exclusivamente por representantes do governo e de profissionais de saúde, sem participação de usuários ou prestadores de serviço.
- c) O Conselho de Saúde atua em caráter permanente e deliberativo, sendo composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, com decisões homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído.
- d) A representação dos usuários nos Conselhos de Saúde equivale a um terço do total de membros, garantindo maior participação aos representantes governamentais.
- e) As decisões do Conselho de Saúde possuem eficácia imediata, independentemente de homologação pelo chefe do Poder Executivo da esfera correspondente.

37. A Lei nº 8.142/1990 estabelece requisitos que os Municípios, Estados e Distrito Federal devem cumprir para receber os recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS). Assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE todos os requisitos exigidos pelo Art. 4º:

- a) Fundo de Saúde, Conselho de Saúde com composição paritária, plano de saúde, relatórios de gestão, contrapartida de recursos e Comissão de elaboração do PCCS.
- b) Fundo de Saúde, Conselho de Saúde, plano de saúde, relatórios de gestão e contrapartida de recursos — sendo dispensada a Comissão de PCCS para municípios com menos de 50.000 habitantes.
- c) Fundo de Saúde, Conselho de Saúde, plano de saúde e contrapartida de recursos — sendo os relatórios de gestão exigidos apenas para estados e Distrito Federal.
- d) Fundo de Saúde, Conselho de Saúde, plano de saúde, relatórios de gestão e contrapartida de recursos — sendo o PCCS substituído pela adesão ao Piso Salarial do Magistério.
- e) Conselho de Saúde, plano de saúde e contrapartida de recursos — sendo o Fundo de Saúde facultativo para municípios que demonstrarem capacidade de gestão financeira própria.

38. A Conferência de Saúde, instituída pela Lei nº 8.142/1990, é um importante espaço de participação social no SUS. Sobre sua convocação e periodicidade, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A Conferência de Saúde reunir-se-á a cada dois anos, convocada exclusivamente pelo Poder Executivo, sendo vedada a convocação extraordinária.
- b) A Conferência de Saúde reunir-se-á a cada quatro anos, com representação dos vários segmentos sociais, podendo ser convocada ordinariamente pelo Poder Executivo ou, extraordinariamente, por esta ou pelo Conselho de Saúde.
- c) A Conferência de Saúde reunir-se-á a cada quatro anos, sendo convocada exclusivamente pelo Poder

Executivo, sem possibilidade de convocação pelo Conselho de Saúde.

- d) A Conferência de Saúde reunir-se-á anualmente, com caráter deliberativo, para avaliar a situação de saúde e propor diretrizes para a formulação da política de saúde.
- e) A Conferência de Saúde reunir-se-á a cada quatro anos, com representação restrita a profissionais de saúde e representantes governamentais, excluída a participação de usuários.

39. A Lei nº 8.080/1990 define saúde do trabalhador como um conjunto de atividades voltadas à promoção, proteção, recuperação e reabilitação dos trabalhadores. Com base no Art. 6º, §3º, analise as afirmativas abaixo e assinale a INCORRETA:

- a) Participação, no âmbito de competência do SUS, em estudos, pesquisas, avaliação e controle dos riscos e agravos potenciais à saúde existentes no processo de trabalho.
- b) Participação na normatização, fiscalização e controle das condições de produção, extração, armazenamento, transporte, distribuição e manuseio de substâncias, produtos, máquinas e equipamentos que apresentam riscos à saúde do trabalhador.
- c) Competência exclusiva do SUS para interditar, de ofício e sem comunicação prévia, qualquer ambiente de trabalho que apresente risco potencial à saúde dos trabalhadores, independentemente de solicitação sindical.
- d) Garantia ao sindicato dos trabalhadores de requerer ao órgão competente a interdição de máquina, de setor de serviço ou de todo ambiente de trabalho, quando houver exposição a risco iminente para a vida ou saúde dos trabalhadores.
- e) Revisão periódica da listagem oficial de doenças originadas no processo de trabalho, com a colaboração das entidades sindicais.

40. Um enfermeiro identifica que trabalhadores de uma indústria local estão adoecendo com sintomas respiratórios recorrentes e suspeita de exposição a agentes químicos no ambiente de trabalho. Com base nas atribuições do SUS definidas no Art. 6º, §3º da Lei nº 8.080/1990, qual das seguintes condutas MELHOR expressa a atuação do SUS nessa situação?

- a) Encaminhar o caso diretamente ao Ministério do Trabalho para que realize, com exclusividade, todas as ações de investigação e controle dos riscos identificados, sem qualquer envolvimento do SUS.
- b) Notificar os trabalhadores de que o SUS não possui competência para atuar em agravos decorrentes do ambiente de trabalho, orientando-os a buscar apenas o INSS.
- c) Acionar as ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária do SUS para investigação dos agravos, participar do controle dos riscos no processo de trabalho e garantir assistência aos trabalhadores afetados, informando-os sobre os riscos identificados.
- d) Aguardar que a empresa apresente laudo técnico próprio reconhecendo a exposição antes de iniciar qualquer ação, dado que o SUS atua apenas após a confirmação empresarial do risco.
- e) Restringir a atuação do SUS ao tratamento ambulatorial dos trabalhadores sintomáticos, sem realizar qualquer investigação do ambiente de trabalho, que é competência exclusiva da vigilância sanitária estadual.

41. A RDC nº 50/2002 da ANVISA estabelece o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS). Quanto ao campo de aplicação desta norma, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A norma aplica-se exclusivamente a construções novas de estabelecimentos assistenciais de saúde públicos, sendo facultativa para a rede privada.
- b) A norma aplica-se a construções novas, ampliações de áreas existentes e reformas de

estabelecimentos assistenciais de saúde já existentes ou anteriormente não destinados a estabelecimentos de saúde, em todo o território nacional, tanto na área pública quanto privada.

- c) A norma aplica-se apenas a hospitais de grande porte e unidades de terapia intensiva, sendo dispensada para unidades básicas de saúde e ambulatórios de baixa complexidade.
- d) A norma aplica-se a reformas e ampliações, sendo facultativa para construções novas, que se regem por normas municipais de uso e ocupação do solo.
- e) A norma aplica-se obrigatoriamente apenas às obras financiadas pelo Ministério da Saúde, sendo opcional para obras custeadas por estados e municípios com recursos próprios.

42. A RDC nº 50/2002 define com precisão terminológica os diferentes tipos de obra aplicáveis aos EAS. Assinale a alternativa que associa CORRETAMENTE cada tipo de obra à sua definição:

- a) Obra de Reforma: acréscimo de área a uma edificação existente; Obra de Ampliação: alteração em ambientes sem acréscimo de área.
- b) Obra de Recuperação: substituição ou recuperação de materiais de acabamento ou instalações existentes, sem acréscimo de área ou modificação da disposição dos ambientes existentes; Obra Nova: construção de nova edificação desvinculada funcionalmente de estabelecimento já existente.
- c) Obra Inacabada: obra cuja execução foi concluída, porém sem o habite-se concedido pelo órgão municipal; Obra de Reforma: alteração em ambientes sem acréscimo de área.
- d) Obra de Ampliação: substituição ou recuperação de materiais de acabamento sem acréscimo de área; Obra Nova: acréscimo de área a uma edificação existente.
- e) Estudo Preliminar: conjunto de informações técnicas necessárias e suficientes para realização do empreendimento, contendo todas as indicações e detalhes construtivos para a perfeita instalação e montagem.

43. De acordo com a RDC 50, para atendimento ambulatorial, as salas de atendimento individualizado devem ter área mínima de:

- a) 5,0 m²
- b) 6,0 m²
- c) 9,0 m²
- d) 12,0 m²
- e) 15,0 m²

44. Um município pretende construir uma nova Unidade de Pronto Atendimento (UPA). O responsável técnico apresentou apenas o Projeto Executivo, alegando que as fases anteriores seriam burocráticas. Com base na RDC nº 50/2002, assinale a alternativa que descreve a conduta correta:

- a) A conduta é válida, pois o Projeto Executivo é o mais detalhado e supre a necessidade das fases preliminares em obras de urgência.
- b) O Projeto Básico pode ser dispensado em unidades de saúde de pequeno porte, como as UPAs, exigindo-se apenas o Estudo Preliminar.
- c) As etapas de projeto são facultativas, ficando a critério do gestor municipal a definição de quais documentos apresentar à Vigilância Sanitária.
- d) O Estudo Preliminar e o Projeto Básico só são obrigatórios quando houver financiamento de organismos internacionais.
- e) A conduta é incorreta, pois a norma exige o desenvolvimento de três etapas consecutivas e obrigatórias: Estudo Preliminar, Projeto Básico e Projeto Executivo.

45. A inobservância das normas aprovadas pela RDC nº 50/2002 constitui infração à legislação sanitária federal. Sobre as consequências jurídicas do descumprimento, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O descumprimento da RDC 50/2002 configura infração administrativa, mas não constitui infração à legislação sanitária federal, pois resoluções da ANVISA têm caráter orientativo, não vinculante.
- b) O descumprimento da RDC 50/2002 constitui infração à legislação sanitária federal, conforme dispõe o Art. 10, incisos II e III, da Lei nº 6.437/1977, que tipifica as infrações sanitárias.
- c) O descumprimento da RDC 50/2002 sujeita o infrator apenas a sanções civis de responsabilidade do profissional habilitado pelo CREA ou CFM, sem vinculação com o direito sanitário federal.
- d) O descumprimento da RDC 50/2002 é de responsabilidade exclusiva da ANVISA apurar e punir, sendo vedada às Secretarias Estaduais e Municipais qualquer ação punitiva.
- e) A RDC 50/2002 possui caráter meramente técnico e não vinculante para estabelecimentos privados, que podem adotar normas próprias desde que comprovem padrão equivalente perante a ANVISA.

46. A Rede de Atenção à Saúde (RAS) é organizada em diferentes níveis de complexidade para garantir a integralidade do cuidado. Sobre a Atenção Primária à Saúde (APS), qual é a sua principal função dentro do sistema?

- a) Atuar como a principal porta de entrada e centro comunicador da Rede de Atenção à Saúde.
- b) Realizar exclusivamente procedimentos cirúrgicos de alta complexidade e transplantes.
- c) Atender apenas urgências e emergências traumáticas de grande porte.
- d) Substituir a necessidade de internações hospitalares em todos os casos graves.
- e) Servir como suporte de diagnóstico por imagem de última geração para casos raros.

47. Um paciente de 55 anos, após consulta na Unidade Básica de Saúde, apresenta necessidade de realizar uma ressonância magnética e uma consulta com um urologista devido a uma suspeita de patologia específica que não pôde ser manejada pelo clínico geral. Nesse caso, o paciente deve ser referenciado para qual nível de atenção?

- a) Atenção Primária, pois é onde se realizam todos os exames diagnósticos do SUS.
- b) Atenção Quaternária, voltada para procedimentos experimentais e de baixíssimo custo.
- c) Atenção Secundária, que envolve serviços especializados de nível intermediário e apoio diagnóstico.
- d) Atenção Terciária, pois qualquer exame de imagem de alto custo deve ser feito obrigatoriamente em hospitais de grande porte.
- e) Vigilância em Saúde, que é o setor responsável pelo agendamento de consultas de rotina.

48. Relacione a primeira coluna, que apresenta os níveis de atenção, com a segunda coluna, que descreve os serviços ou pontos de atenção correspondentes:

- (1) Atenção Primária
- (2) Atenção Secundária
- (3) Atenção Terciária
- () Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) e Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h).
- () Unidades de Terapia Intensiva (UTI) e Centros de Oncologia para tratamento quimioterápico.
- () Estratégia Saúde da Família (ESF) e Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- a) 2 – 3 – 1
- b) 1 – 2 – 3
- c) 3 – 1 – 2
- d) 2 – 1 – 3
- e) 3 – 2 – 1

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Breno Caldas

49. Conforme estabelece a Lei Federal nº 8.080/90, estão incluídas no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) a execução das seguintes ações, EXCETO:

- a) de vigilância sanitária.
- b) de vigilância epidemiológica.
- c) de saúde do trabalhador.
- d) de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica.
- e) de assistência terapêutica restrita, exceto farmacêutica.

50. Segundo a Lei Federal nº 8.080/90, as ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS) obedecem a determinados princípios. Constitui um desses princípios:

- a) a centralização político-administrativa, com direção única no Ministério da Saúde.
- b) a preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral.
- c) a organização dos serviços públicos de modo a promover a duplicação de meios para fins idênticos.
- d) a restrição do acesso aos serviços, de forma a priorizar os contribuintes da previdência social.
- e) o direito exclusivo à informação apenas para o paciente, vedando-se à comunidade dados sobre riscos para a saúde

51. A Lei Federal nº 8.080/90 define que as Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite são foros de negociação e pactuação entre gestores. Uma das atuações dessas comissões é:

- a) a aprovação definitiva do orçamento da saúde do governo federal.
- b) a nomeação dos secretários estaduais de saúde.
- c) a fixação de diretrizes sobre as regiões de saúde, distrito sanitário, integração de territórios e referência e contrarreferência.
- d) o julgamento de infrações éticas cometidas por profissionais de saúde.
- e) a execução direta de serviços de vigilância sanitária nos portos e aeroportos

52. A Lei Federal nº 8.142/90 dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS). Nos termos dessa lei, a Conferência de Saúde:

- a) reúne-se a cada quatro anos com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde.
- b) atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros.
- c) tem caráter permanente e deliberativo, reunindo-se mensalmente sob a presidência do chefe do Poder Executivo.
- d) é composta exclusivamente por representantes do governo e de prestadores de serviços privados.
- e) dispensa a representação dos usuários, uma vez que sua função é estritamente técnica e contábil

53. Para receberem os recursos alocados no Fundo Nacional de Saúde, os Municípios, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com alguns requisitos instituídos pela Lei Federal nº 8.142/90. Assinale a alternativa que NÃO apresenta um desses requisitos.

- a) Fundo de Saúde.
- b) Conselho de Saúde, com composição paritária.
- c) Plano de Saúde.
- d) Aprovação exclusiva do Senado Federal para o recebimento de repasses.
- e) Comissão de elaboração do Plano de Carreira, Cargos e Salários

54. A Lei Federal nº 8.142/90 estabelece critérios para a representação dos usuários nos colegiados do Sistema Único de Saúde (SUS). Em relação aos Conselhos de Saúde e às Conferências de Saúde, a representação dos usuários será:

- a) de vinte e cinco por cento em relação ao conjunto dos demais segmentos.
- b) proporcional à arrecadação tributária do município.
- c) consultiva, sem direito a voto nas deliberações econômicas.
- d) majoritária em relação aos representantes do governo, correspondendo a sessenta por cento das vagas.
- e) paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos

55. A Política Nacional de Humanização (PNH) atua a partir de orientações clínicas, éticas e políticas, traduzidas em princípios e diretrizes. Constitui um dos princípios da PNH:

- a) a fragmentação dos processos de trabalho.
- b) a indissociabilidade entre atenção e gestão.
- c) o isolamento dos saberes nas práticas de saúde.
- d) a centralização do poder nas instâncias federais.
- e) o foco exclusivo no tratamento biológico da doença

56. A Política Nacional de Humanização (PNH) propõe ferramentas e dispositivos para a efetivação de suas diretrizes. O conceito que se refere à criação de espaços saudáveis, acolhedores e confortáveis, que respeitem a privacidade, propiciem mudanças no processo de trabalho e sejam lugares de encontro entre as pessoas, é denominado:

- a) Acolhimento.
- b) Clínica ampliada.
- c) Ambiência.
- d) Cogestão.
- e) Valorização do trabalhador

57. No contexto da Política Nacional de Humanização (PNH), o Acolhimento é uma diretriz ética, estética e política. Em relação ao Acolhimento, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Trata-se de um espaço físico específico localizado logo na entrada dos serviços de saúde para triagem de pacientes.
- b) Deve ser realizado exclusivamente por enfermeiros ou médicos, vedada a participação de recepcionistas.
- c) Consiste em um protocolo rígido de encaminhamento que descarta a necessidade de avaliação subjetiva.
- d) É uma postura e prática nas ações de atenção e gestão, que implica a escuta do usuário e o reconhecimento de seu protagonismo.
- e) Restringe-se às unidades hospitalares de alta complexidade, não se aplicando à atenção básica

58. A Portaria nº 2.436/17 aprova a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). São princípios da Atenção Básica:

- a) universalidade, equidade e integralidade.
- b) regionalização e hierarquização, territorialização e população adscrita.
- c) cuidado centrado na pessoa, resolutividade e longitudinalidade do cuidado.
- d) participação da comunidade, coordenação do cuidado e ordenação da rede.

e) descentralização, adscrição de clientela e trabalho em equipe

59. Segundo a Portaria nº 2.436/17, que estabelece a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), a equipe multiprofissional que atua na atenção primária, composta no mínimo por médico preferencialmente especialista em medicina de família e comunidade, enfermeiro preferencialmente especialista em saúde da família, auxiliar ou técnico de enfermagem e agente comunitário de saúde, é denominada:

- a) Equipe de Atenção Básica (eAB).
- b) Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB).
- c) Equipe de Consultório na Rua (eCR).
- d) Equipe de Atenção Domiciliar (eAD).
- e) Equipe de Saúde da Família (eSF)

60. A Portaria nº 2.436/17 define as especificidades da Equipe de Saúde da Família (eSF) na Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). Em relação à carga horária dessa equipe, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Todos os profissionais da equipe devem cumprir carga horária de vinte horas semanais.
- b) A carga horária deve ser de quarenta horas semanais para todos os profissionais da equipe.
- c) O médico deve cumprir vinte horas semanais, enquanto os demais profissionais cumprem quarenta horas.
- d) A carga horária é definida exclusivamente pelo Conselho Municipal de Saúde, sem parâmetros federais mínimos.
- e) O agente comunitário de saúde possui carga horária de trinta horas semanais, e os demais cumprem quarenta horas

61. O Decreto Estadual nº 9.837/2021 institui o Código de Ética e Conduta Profissional do Servidor e da Alta Administração da administração pública do Poder Executivo do Estado de Goiás. De acordo com o referido Decreto, constitui diretriz aplicável ao agente público nas suas relações no ambiente de trabalho:

- a) o emprego de linguagem complexa e jargões técnicos para demonstrar autoridade diante do cidadão.
- b) a abstenção de manifestar opiniões técnicas divergentes da chefia para evitar conflitos hierárquicos.
- c) o tratamento cortês e respeitoso, garantindo a igualdade de tratamento a todos, sem qualquer tipo de discriminação ou preconceito.
- d) a concessão de tratamento preferencial a autoridades políticas em unidades de atendimento ao público.
- e) a utilização de influência política para acelerar a tramitação de processos de interesse próprio

62. Segundo o Decreto Estadual nº 9.837/2021, que institui o Código de Ética e Conduta Profissional no âmbito do Poder Executivo do Estado de Goiás, é expressamente vedado ao agente público:

- a) participar de cursos de capacitação e aperfeiçoamento profissional custeados pelo Estado.
- b) apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício da função.
- c) denunciar atos de corrupção ou improbidade administrativa de que tenha conhecimento.
- d) utilizar sistemas e canais de comunicação da administração pública para a propagação e divulgação de trotes, boatos e pornografia.
- e) atender ao público com cortesia, urbanidade e presteza

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Sonia Dourado

63. A adoção de um Sistema da Qualidade Farmacêutica (SQF) abrangente é uma exigência normativa. A RDC nº 658/2022 descreve o papel da administração superior e o conceito de Gerenciamento de Risco da Qualidade (GRQ). Com base nessas premissas, assinale a alternativa correta.

- a) O nível de esforço e documentação do GRQ deve ser idêntico e padronizado para todos os processos produtivos, independentemente do nível de risco envolvido na operação.
- b) As Boas Práticas de Fabricação se aplicam unicamente à fabricação comercial, isentando-se das suas regras o estágio de desenvolvimento tecnológico e os medicamentos experimentais.
- c) A liderança e a participação ativa da administração superior da empresa no SQF são essenciais para garantir o apoio e o comprometimento da equipe em todos os níveis da organização.
- d) O Gerenciamento de Risco da Qualidade deve ser aplicado exclusivamente de maneira retrospectiva, com o objetivo de punir falhas e desvios de processo já documentados.
- e) A avaliação do risco à qualidade baseia-se primordialmente em custos de produção, sendo a proteção do paciente um fator secundário no modelo de gerenciamento.

64. Para assegurar a reprodutibilidade, a RDC nº 658/2022 determina que processos e instalações devem ser devidamente validados e qualificados. Acerca dos conceitos e regras estipuladas pela norma, assinale a alternativa correta.

- a) A qualificação é definida legalmente como a ação de provar que quaisquer instalações, equipamentos, utilidades e sistemas funcionam corretamente e realmente levam aos resultados esperados.
- b) A validação de processo abrange exclusivamente a verificação retrospectiva dos equipamentos, sendo dispensada a avaliação da documentação e de parâmetros críticos da rotina de produção.
- c) Quando qualquer nova fórmula de fabricação é adotada, dispensa-se a demonstração de adequação ao processo de rotina caso o princípio ativo do produto seja idêntico a um já validado na empresa.
- d) Alterações significativas no processo de fabricação, equipamentos ou materiais são isentas de nova validação se a equipe de produção emitir laudo justificativo simplificado à gerência financeira.
- e) Processos rotineiros que já tenham passado por validação inicial adquirem um estado de controle permanente, sendo terminantemente proibida a realização de revalidações periódicas.

65. A documentação constitui parte essencial do Sistema de Gestão da Qualidade Farmacêutica, podendo existir em uma variedade de formas, incluindo mídia impressa, eletrônica ou fotográfica. A RDC nº 658/2022 estabelece regras estritas para o controle e a retenção desses registros. Sobre as Boas Práticas de Documentação, assinale a alternativa correta.

- a) A reprodução de documentos de trabalho a partir de documentos mestres pode ser realizada livremente pelos operadores da linha de produção, desde que utilizem equipamentos de cópia autorizados pelo setor de manutenção.
- b) Os Procedimentos Operacionais Padrão (POPs), as Instruções de Trabalho e os Métodos devem ser escritos, preferencialmente, no modo subjuntivo, a fim de sugerir recomendações sem configurar coerção aos operadores.
- c) A documentação do Sistema de Qualidade Farmacêutica não admite a existência de sistemas híbridos; portanto, a empresa deve optar por manter seus registros integralmente em papel ou integralmente em meio eletrônico.
- d) No caso de medicamentos experimentais, a documentação de lote deve ser mantida por, pelo menos, cinco anos após a conclusão ou descontinuação formal do último estudo clínico em que o lote tiver sido utilizado.
- e) A obsolescência e a posterior não retenção de dados brutos (raw data) de estudos de validação são terminantemente proibidas, mesmo que tenham sido substituídos por um conjunto completo de novos dados atualizados.

66. O art. 4º da Lei nº 5.991/1973 é o alicerce para a fiscalização do comércio farmacêutico, pois delimita a natureza de cada estabelecimento e produto. Afastando-se das definições mais rotineiras de farmácia e drogaria, o fiscal sanitário deve dominar a totalidade do glossário legal. Assinale a alternativa que apresenta corretamente um dos conceitos adotados pela referida Lei.

- a) Ervanaria é o estabelecimento de saúde destinado à manipulação de fórmulas magistrais e oficinais exclusivamente à base de plantas medicinais.
- b) Insumo Farmacêutico compreende a droga ou matéria-prima aditiva ou complementar de qualquer natureza, destinada a emprego em medicamentos, quando for o caso, e seus recipientes.
- c) Produto dietético é o produto de qualquer natureza, sem elaboração técnica, que o senso comum utiliza para fins de restrição calórica e emagrecimento estético.
- d) Loja de conveniência e drugstore é o estabelecimento que comercializa, exclusivamente mediante autoatendimento, medicamentos sujeitos a controle especial e correlatos.
- e) Correlato é a substância ou matéria-prima que tenha a finalidade exclusivamente medicamentosa, profilática ou paliativa, sem incluir aparelhos e acessórios de defesa e proteção da saúde.

67. Durante uma auditoria na rede varejista de medicamentos, o fiscal da vigilância analisa o funcionamento de farmácias, drogarias e postos volantes em relação à assistência profissional exigida pela Lei nº 5.991/1973. Assinale a alternativa que reflete uma conduta correta perante a lei.

- a) O técnico habilitado na farmácia ou drogaria poderá realizar a aplicação de injeções em um serviço de atendimento ao público, desde que observada a prescrição médica e os preceitos sanitários.
- b) Somente será permitido o funcionamento de drogaria sem a assistência do técnico responsável ou substituto pelo prazo irrestrito de 90 dias,

período em que se permite a venda de entorpecentes.

- c) Nas unidades volantes e postos de medicamentos instalados em zonas rurais, a presença ininterrupta de assistência técnica profissional de um farmacêutico é sempre mandatória e inegociável.
- d) As farmácias homeopáticas estão absolutamente proibidas por lei de manter seções de vendas de correlatos e de medicamentos não homeopáticos, mesmo em embalagens originais.
- e) Encerrado o contrato de trabalho do profissional responsável, a sua responsabilidade por atos anteriores é imediatamente extinta e apagada no momento de sua demissão perante o órgão sanitário.

68. A fabricação, importação e comércio de medicamentos exigem estrita submissão aos ditames da Lei nº 6.360/1976 para a proteção dos consumidores. Com base nas normativas do Ministério da Saúde sobre registro e suas exceções, assinale a alternativa correta.

- a) Qualquer modificação de fórmula, alteração de elementos de composição ou inovação introduzida na elaboração de um produto depende de autorização prévia e expressa do Ministério da Saúde.
- b) Medicamentos genéricos importados, independentemente do local onde foram realizados seus testes, estão dispensados da apresentação de ensaios de dissolução comparativos.
- c) Estão isentos de registro, não podendo ser apreendidos pelo Ministério da Saúde em nenhum momento, os medicamentos novos para uso experimental, cuja isenção possui validade permanente.
- d) O registro de produtos dietéticos possui um prazo de validade automático e padronizado de 10 (dez) anos, conforme redação consolidada pela agência.
- e) Caso um medicamento não seja industrializado no primeiro período de validade de seu registro, a empresa produtora possui o direito garantido de requerer a revalidação imediata e incondicional do registro.

69. A Lei nº 6.360/1976 tipifica uma série de condutas que, pela sua gravidade e potencial de dano à saúde pública, são classificadas diretamente como infrações graves ou gravíssimas, além de estabelecer proibições absolutas na cadeia produtiva. Sobre as práticas proibidas e as infrações descritas na referida lei, assinale a alternativa correta.

- a) A aplicação de raticidas cuja ação se produza por gás ou vapor é permitida em porões e sótãos de residências, desde que o imóvel seja desocupado pelos moradores por um período mínimo de 48 horas.
- b) É expressamente proibida a colocação de novas datas de validade ou o recondicionamento em novas embalagens de produtos cujo prazo haja expirado, excetuando-se apenas os soros terapêuticos que puderem ser redosados e refiltrados.
- c) A revenda de um produto biológico que não tenha sido guardado em refrigerador pelo distribuidor configura infração sanitária leve, a menos que o produto venha a causar dano letal comprovado ao paciente.
- d) É permitido o reaproveitamento de vasilhames tradicionalmente usados para bebidas e alimentos no envasilhamento de saneantes domissanitários, desde que submetidos a um processo validado de esterilização química em autoclave.
- e) O recolhimento de um produto alterado pela ação exclusiva do tempo extingue a infração sanitária, visto que a empresa não teve intenção (dolo) de prejudicar o consumidor final.

70. A doutrina administrativa que embasa a atuação do fiscal de vigilância sanitária atribui prerrogativas estatais fundamentais, como o poder de polícia, para garantir a segurança da coletividade. Sobre os conceitos e limites dessa atividade administrativa, assinale a alternativa correta.

- a) O atributo da autoexecutoriedade permite à Administração Pública implementar decisões – como a interdição imediata de produtos irregulares – de forma direta, sem a necessidade de prévia autorização do Poder Judiciário.
- b) A coercibilidade é o atributo que delega ao cidadão a liberdade discricionária de escolher cumprir ou não uma norma sanitária conforme seus interesses comerciais.
- c) O poder de polícia administrativa não sofre limites em situações de risco à saúde, podendo o fiscal agir ignorando a necessidade e a proporcionalidade das penas.
- d) Nas esferas de fiscalização sanitária federal e estadual, a prerrogativa de polícia atua de maneira estritamente vinculada em todas as suas fases, extinguindo a característica da discricionariedade.
- e) O exercício do poder de polícia da fiscalização constitui ferramenta renunciável pela autoridade sanitária em casos de escassez orçamentária do município.

71. No contexto da fiscalização sanitária, as empresas podem e devem adotar iniciativas próprias diante da constatação de desvios de qualidade em seus produtos no mercado. Considerando o conceito de "recolhimento voluntário" descrito nos manuais de fiscalização da Anvisa e seus efeitos práticos, assinale a alternativa correta.

- a) O recolhimento voluntário difere do recolhimento imposto pelo Estado pelo fato de isentar a empresa de qualquer publicação de medida preventiva atrelada ao seu nome no Diário Oficial.
- b) Uma vez concluído o recolhimento voluntário e sanado o risco pela correção da falha fabril, a medida preventiva inicialmente publicada pela Anvisa deve ser imediatamente revogada a pedido da empresa.
- c) O recolhimento voluntário possui natureza jurídica de penalidade administrativa, configurando confissão de culpa e formando um título executivo automático para a aplicação de multas pecuniárias.
- d) Mesmo nos casos em que a empresa realiza o recolhimento voluntário proativamente, a Anvisa publicará uma medida preventiva que se manterá válida de forma permanente, a fim de guardar o histórico do produto e inibir o comércio irregular ou falsificações.
- e) A revogação de uma medida preventiva atrelada a um recolhimento voluntário é obrigatória e imediata sempre que a empresa infratora apresentar um Termo de Compromisso devidamente assinado.

72. A Vigilância Sanitária atua de forma rigorosa na mitigação de riscos não apenas na indústria, mas em ambientes e estabelecimentos de grande circulação de pessoas (como aeroportos, estações de trem e terminais de ônibus). A respeito do controle sanitário da infraestrutura e dos principais fatores de risco monitorados nesses locais, assinale a alternativa correta.

- a) O manejo ambiental, que inclui o gerenciamento rigoroso e a redução da oferta de resíduos sólidos, é uma estratégia efetiva e exigida no controle

sanitário para diminuir a atração e a presença de fauna sinantrópica nociva nestes locais.

- b) O controle da qualidade do ar em sistemas de climatização de aeroportos baseia-se unicamente na verificação documental dos contratos de manutenção, sendo vedada ao fiscal sanitário a inspeção visual dos dutos de ventilação.
- c) O controle de espécies animais (fauna sinantrópica) é de competência estrita e exclusiva das secretarias de meio ambiente (Ibama/Ibram), não configurando, sob nenhuma hipótese, um foco de inspeção e controle das autoridades de vigilância sanitária.
- d) Em ambientes de grande circulação, a aplicação de produtos saneantes domissanitários para limpeza e higienização pesada é isenta da fiscalização da autoridade sanitária, desde que o serviço seja executado por uma empresa terceirizada.
- e) As ações de controle do sistema de esgotamento sanitário em terminais rodoviários e aeroportos não integram o escopo da vigilância em saúde por se tratarem de obras de engenharia civil estrutural.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Guilherme Gasparini

73. Em uma unidade assistencial, materiais como bolsas transfusionais já utilizadas e equipamentos de proteção individual contendo sangue e secreções orgânicas devem ser classificados, para fins de descarte, como resíduos pertencentes ao grupo:

- a) Grupo D
- b) Grupo C
- c) Grupo A
- d) Grupo B
- e) Grupo E

74. Segundo a RDC 222/2018, os sacos para acondicionamento de Resíduos de Serviços de Saúde do grupo A de fácil putrefação devem ser substituídos ao atingirem o limite de _____ da sua capacidade ou então a cada _____ independentemente do volume.

- a) 2/3 (dois terços) / 48 horas
- b) 2/3 (dois terços) / 24 horas
- c) 2/3 (dois terços) / 72 horas
- d) 1/3 (dois terços) / 48 horas
- e) Metade / 24 horas.

75. Acerca do assunto Central Material de Esterilização (CME), assinale a alternativa incorreta:

- a) Para a esterilização, não é permitido o uso de embalagens de papel Kraft, papel toalha, papel manilha, papel jornal e lâminas de alumínio,
- b) Não é permitido o uso de caixas metálicas sem furos para esterilização de produtos para saúde.
- c) Não é permitido o uso de estufas para a esterilização de produtos para saúde
- d) É proibido o uso de autoclave gravitacional de capacidade superior a 100 litros.
- e) O monitoramento do processo de esterilização com indicadores físicos deve ser registrado ao final de cada dia de esterilização.

76. Assinale a alternativa que caracteriza corretamente os agentes biológicos de Classe de Risco 1:

- a) Alto risco individual e coletivo, com elevada letalidade.
- b) Baixo risco individual e coletivo, com pouca ou nenhuma probabilidade de causar doença em humanos.
- c) Risco moderado individual e alto risco coletivo.
- d) Alto risco individual e baixo risco coletivo.
- e) Exclusivos de ambientes hospitalares.

77. Assinale a alternativa que diferencia corretamente os agentes biológicos de Classe de Risco 3 e 4 quanto à transmissibilidade e medidas de controle:

- a) Classe 3 possui baixa transmissibilidade, enquanto Classe 4 apresenta transmissão apenas por contato direto.
- b) Classe 3 apresenta alto risco individual, com possível controle; Classe 4 possui alto risco individual e coletivo, com ausência ou limitação de medidas eficazes de controle.
- c) Classe 3 e 4 possuem o mesmo nível de risco, diferenciando-se apenas pelo ambiente de isolamento.
- d) Classe 4 apresenta baixo risco coletivo devido ao isolamento hospitalar.
- e) Classe 3 não apresenta risco ocupacional.

78. Durante o processamento de instrumentais cirúrgicos reutilizáveis em uma Central de Material e Esterilização (CME), foi identificado que alguns materiais ainda apresentavam sujidade orgânica aderida após o uso. Considerando as etapas adequadas do reprocessamento, assinale a alternativa que indica a conduta correta antes da esterilização.

- a) Realizar limpeza com álcool a 70%.
- b) Encaminhar diretamente ao processo de esterilização.
- c) Proceder à limpeza com detergente enzimático.
- d) Realizar desinfecção com hipoclorito de sódio a 1%.
- e) Encaminhar para radiação ionizante.

79. Segundo os princípios da RDC 15/2012, são considerados exemplos de artigos semicríticos:

- a) Cateteres e implantes.
- b) Camas e travesseiros.
- c) Termômetro axilar.
- d) Bisturis e agulhas.
- e) Termômetro retal e sonda nasogástrica

80. Considerando as boas práticas da ANVISA para prevenção e controle de infecção, a troca do equipo e dispositivo complementar de infusões lipídicas deve ser realizada a cada

- a) 6 horas.
- b) 12 horas.
- c) 24 horas.
- d) 36 horas.
- e) 72 horas.

Discursiva

Considere a seguinte situação hipotética:

Durante uma inspeção sanitária, um fiscal identificou irregularidades graves em um estabelecimento de manipulação de alimentos, incluindo ausência de licença sanitária, falhas nas boas práticas de fabricação e risco iminente à saúde da população. Diante disso, são adotadas medidas cautelares imediatas, incluindo interdição parcial do local.

Com base no caso apresentado, redija um texto abordando o exercício do poder de polícia na vigilância sanitária, destacando:

- a) suas características e fundamentos legais,
- b) as medidas preventivas e cautelares aplicáveis em situações de risco sanitário e
- c) as etapas do processo administrativo sanitário, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
